hieràrquicamente inferiorizados e os ex-proprietários que lideravam o processo revolucionário. Mesmo que afluísse ainda um comportamento preconceituoso entre eles (como no caso de Lucas Dantas), distinguiram-se por atitudes anti-religiosas e anti-proprietárias (como em Manuel de Santa Ana), a despeito mesmo de entre eles estar um Cipriano Barata, elemento apegado à propriedade. O movimento, embora não deixasse de postular uma rejeição à situação colonial, mostrava implicações marcantes de ordem social. Daí o fato de terem se inclinado muito mais para um modelo francês.

Entre as formas de pensamento intermediárias é expressiva a figura de Luís dos Santos Vilhena, que embora percebesse com rara sensibilidade os problemas econômicos e sociais de sua época, deixava transparecer, no nível político, que as respostas por ele propostas eram formuladas alienadamente, desembocando num reformismo ilustrado.

Por fim, impõem-se observação colateral. Se o uso do conceito de “Revolução Atlântica” (Godechot) comporta larga dosagem polêmica, é expressiva a matização estabelecida pelo Autor, através da qual é possível perceber as insuficiências do referido conceito, a partir da caracterização da assimetria, expressa no subsistema em suas relações centro-periferia, dimensionando as “inconfidências” como manifestações típicas de desajuste social em relação a uma situação colonial.

PAULO DE SALLES OLIVEIRA

*

*

*

RIOUX (Jean Pierre). — *La révolution industrielle: 1780-1880*, Paris, Editions du Seuil, 1971.

O livro de Jean Pierre Rioux, sobre a revolução industrial, vem enriquecer ainda mais a historiografia contemporânea sobre o assunto. Procura dar uma nova visão histórica sobre a época que marcou o advento das indústrias e operários, com suas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Dentro de seu pensamento contemporâneo, aborda o assunto a partir de uma interpretação relativista, apresentando uma revisão histórica sobre a revolução industrial.

Da mesma forma que o marxismo não se justificou como um modelo para todas as sociedades (como pretendia Marx), mas sim como uma apresentação de princípios básicos que poderiam ser adaptados, segundo as realidades de cada país, o autor em questão procurou refazer o conceito de revolução industrial.

As transformações descritas como revolução industrial têm sido estudadas tradicionalmente pelos historiadores, em geral sob o ângulo do tecnicismo ou mesmo econômico, apresentadas em etapas, como se houvesse uma, duas ou mais revolução industriais.

Do mesmo modo procuram generalizar esse movimento originário na Inglaterra no século XVIII para outros países em desenvolvimento industrial em épocas posteriores ou ainda, apresentam-no como fase de ruptura entre os tempos modernos e o nosso mundo atual.

Rioux procurou desenvolver o seu trabalho a partir de uma revisão mais ampla dessas transformações, que tiveram suas raízes em períodos anteriores e que envolveram modificações no meio rural até a formação do capitalismo; constituindo-se assim, numa etapa de transição entre um estado pré-capitalista e uma fase com características fundamentais do capitalismo.

Dentro dessa visão global da História, o autor tirou a sua hipótese de trabalho, limitando-se no tempo: 1780-1880 e no espaço: França e Inglaterra. Procurou dar uma interpretação histórica sobre as transformações ocorridas nesses dois países, válidas para a explicação de algumas realidades do século XIX e mesmo do XX, quer de países desenvolvidos atingidos diretamente pela revolução industrial, quer de países em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos, vítimas dos reflexos da evolução desse movimento.

O autor limitou sua hipótese de trabalho ao período de 1780 a 1880, pelo fato de grande parte dos países que viveram a revolução industrial apresentarem as condições de início e desenvolvimento, em especial a Inglaterra. Essa situação também se insere dentro da expansão do capitalismo liberal, que se adapta a cada realidade nacional, e que no século XIX repercute na América e demais países sub-desenvolvidos, em forma de exploração colonial.

Assim é que não se pode apresentar modelos de crescimento para os países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, seja em épocas posteriores, quando as realidades históricas são diferentes, ou mesmo no período em que se iniciou e se desenvolveu essas transformações, pois esses países se constituíram em fonte de energia para a própria revolução industrial.

De modo que, só é possível entender a revolução industrial, como parte de um processo histórico, que envolveu em determinado período (século XIX), todo o mundo conhecido. Outrossim, a partir de uma análise desse contexto é que se pode entender as crises econômicas, frutos do crescimento da revolução industrial através do processo de estagnação ou de conflitos internacionais. A abordagem do tema se faz, portanto, no sentido mais amplo da palavra, como os fatores econômicos e as forças produtivas e o espírito criativo progressista dos homens, adaptável às várias realidades, dentro de uma visão de continuidade.

É dentro dessa linha que Jean Pierre desenvolve o seu trabalho, apresentado em seis capítulos, enriquecido com ilustrações em quadros estatísticos, que nos permite tirar conclusões claras sobre as transformações agrícolas, aumento demográfico, relações comerciais, progressos técnicos, aparecimento do proletariado bem como a eclosão das crises e o triunfo da burguesia.

Numa primeira parte verificamos a apresentação das características gerais das economias antigas a partir da metade do século XVIII, especificamente da Inglaterra e França.

O grande aumento de população assim como a revolução agrícola em todas as suas manifestações são explicadas como elementos importantes para o crescimento progressivo da indústria, mas não como causa primordial do seu início.

As fontes para a acumulação de capitais, a relação entre os preços e os salários também são fatores mais importantes para o crescimento da indústria do que para o seu início, aparecendo ainda ao lado da máquina propulsora da revolução industrial, ou seja, o comércio interno e exterior de um país.

Em sua interpretação ampla sobre o início e crescimento da revolução industrial, Rioux não se esquece do problema da mentalidade, considerando principalmente, que o movimento se identifica de início com os países em que o número de analfabetos diminui consideravelmente. Mais do que isso, para a formação de uma classe de empresários é necessário uma mudança de mentalidade em relação à riqueza, e que considere seu controle, o seu lucro e o seu valor. Mas essa nova mentalidade depende em grande parte de um contexto político, que contribuirá ou não para a superação das mentalidades antigas. Como exemplo, verificamos o nacionalismo, em que a aspiração à unidade nacional traduz por assim dizer as exigências econômicas de um mercado interno e externo coerente.

Através dessas idéias, verificamos posteriormente uma comparação entre a França e Inglaterra, em que se procurou mostrar como a idéia de início da revolução industrial é uma noção relativa, variando de país para país.

O autor trata também do problema das técnicas e das circulações novas, em que a caracterização da revolução industrial sobre o plano técnico não se faz através das máquinas, mas sim pelo processo do maquinismo, que possibilita o aumento da produção, lucros maiores e constantes, exploração racional da divisão do trabalho e a compensação da falta de mão-de-obra. Outrossim, a máquina a vapor, as estradas de ferro e as novas técnicas permitem acelerar o processo de industrialização, antes limitado, bem como dominar um mercado em âmbito mundial.

Uma vez explicado os problemas relativos ao início e ao crescimento da revolução industrial, o autor procura analisar as novas condições criadas, ne-

cessárias ao seu desenvolvimento, mas que agravarão as desigualdades econômicas do mundo, proporcionando assim, as crises periódicas. Esses fatores novos aparecem justamente com o desenvolvimento de um capitalismo adaptado aos mercados nacionais e internacionais, onde se verifica a concorrência entre os países industriais.

Os grandes setores em que se desenvolve a indústria, são bem focalizados, como o algodoeiro, que fixa a transição essencial entre o capitalismo agrário e comercial e o capitalismo industrial de nossa época.

Ao lado disso são explicadas as circunstâncias em que se desenvolveu a revolução industrial, em vários países, procurando distinguir as filiações e as originalidades de suas evoluções, bem como a reação de alguns países ante uma possível dependência econômica, procurando lançarem-se também no processo de industrialização, principalmente em fins do século XIX.

Assim é que a era da revolução industrial se apresenta sob uma dominação rígida das primeiras nações industrializadas sobre o resto do mundo, em várias formas, como colonialismo, imperialismo, expansionismo, ou seja, a exploração do mundo em proveito dos países industrializados. Através desse desenvolvimento e suas manifestações, explica-se a eclosão das crises condicionadas a certos mecanismos, como o desnível da produção e do lucro, ou entre os preços e os salários. Verificamos uma exemplificação das crises que eclodiram desde a revolução francesa em 1789 até 1873, quando vários países foram atingidos. Após 1873 não há mais revolução industrial, sem a participação das quatro grandes potências: Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha.

Ainda, segundo Rioux, não é possível desenvolvimento, dominações e novos lucros, sem uma profunda reconstrução da sociedade, apoiada sobre uma exploração racionalizada do trabalho de todos aqueles que não possuem os meios de produção moderna. Assim é que as agitações sociais são organicamente ligadas à revolução industrial, pois da mesma forma que as máquinas e os produtos, as sociedades e os homens também mudam. Dessa forma se explica esta grande transformação, que caracteriza o mundo social contemporâneo, através dos países industriais.

O progresso urbano tem o seu grande desenvolvimento ligado à indústria moderna. Mas nessa ordem, os homens são mais lentos que os capitais e as técnicas, pois inegavelmente, só tomarão consciência de sua nova condição pelo contacto cotidiano e pela luta, sacrificando enquanto isso, toda uma geração.

É essa a situação que se impõe ao mundo operário que aparece. Pois, para manter o desenvolvimento, todos os fatores de produção são empregados com recursos amplos, em que o investimento necessário não pode se deter em de-

trimento do consumo. Para assegurar o destino do lucro e da industrialização, o capitalismo não pode jogar com dois termos, e em função disso, concede deliberadamente o privilégio ao investimento sobre o consumo.

Os operários, levando uma vida completamente desarticulada em família, apoiando-se em sua própria miséria, identificam-se num mesmo tipo de vida e de pensamento, acabando por se organizar em uma força perigosa para a sociedade burguesa. Uma vez rejeitados nessa sociedade, eles constroem uma sociedade em contraposição. Livres em grande parte, das vãs esperanças de participação numa vida política, cujos mecanismos são controlados pelos seus possuidores, eles procuram construir por si mesmos, o seu futuro. De modo que a revolução industrial termina, muitas vezes, onde o movimento operário, qualquer que seja, é capaz de julgar e de combater a nova sociedade que ela mesma criou.

Numa última consideração, Rioux reservou uma parte de seu trabalho, para o triunfo da burguesia, colocando de início o problema da população rural, sacrificada e rejeitada no desenvolvimento industrial. A única saída que se lhe apresenta é o êxodo rural, em que o poder atrativo da cidade contribui ainda mais para desestimular a sua tomada de consciência. Ao seu lado aparece uma terceira classe, conhecida como média ou pequena burguesia, compreendendo as novas camadas como comerciantes, administradores, advogados, médicos, professores, técnicos e que não se coloca diretamente em contacto com o trabalho produtivo, não possui o controle dos meios de produção, satisfazendo-se de bom grado às necessidades do desenvolvimento e da complexidade da vida dos empreendimentos particulares ou públicos.

Finalmente verificamos a evolução da burguesia desde as suas origens. Esta burguesia bancária e industrial que por assim dizer cria e controla os meios de produção, fortalecendo-se ainda mais através da exploração do trabalho social. Ela, que provocou com ousadia a revolução industrial, recebe os seus lucros.

De modo que a burguesia mantém o poder econômico em suas mãos, possuindo os meios de produção e estendendo também esse poder ao domínio político, com a aparência duas vezes reforçada.

Portanto, Jean Pierre Rioux desenvolve a sua pesquisa, procurando solucionar a sua hipótese de trabalho, em que realmente a revolução industrial não se desenvolveu sob um modelo pré-estabelecido, com excessão do inglês, e que a universalidade do lucro não foi absorvida pelas originalidades nacionais. Assim, o conceito de modelo não se aplica em economia, e muitos menos em História, mas que não deixa de ser um ensinamento útil para o nosso mundo atual, uma vez que o assunto estudado compreende uma fase de transição de um processo que se iniciou num período pré-capitalista, até o estabelecimento do capitalismo com todos os seus fundamentos e implicações.

WALTER DA SILVA